

DEFICIÊNCIA VISUAL: BAIXA VISÃO E CEGUEIRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E RESPECTIVAS ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS.

Lena Rose Lago Cecílio Farias¹; Orientador: Lúcio Fernandes Ferreira²

(1) Mestranda em Educação, Pós-Graduação em Educação PPGE, Laboratório do Comportamento Motor Humano/LECOMH pela Universidade Federal do Amazonas, e-mail: lenalago@seduc.net

(2) Professor Doutor do Programa Pós-Graduação em Educação PPGE/LECOMH/UFAM pela Universidade Federal do Amazonas, e-mail: lucciofer@gmail.com

Resumo: O trabalho desenvolvido no contexto escolar envolvendo a deficiência visual, baixa visão e cegueira, exige estratégias e serviços que atendam e visualizem as necessidades pedagógicas para que os alunos possam alcançar as competências e habilidades inerentes ao processo desenvolvido em sala de aula. Nossos professores muitas vezes se sentem desamparados e sem saber o que devem e o que podem fazer, gerando conflitos desnecessários e deixando o aluno a margem das atividades desenvolvidas. Com foco nas especificidades dos alunos, que modificam as estratégias e a dinâmica acadêmica, devemos pensar em orientações e técnicas que possibilitem seu caminhar nos anos e séries adquirindo o conhecimento exigido pela Escola. Portanto, o presente artigo abordará a dinâmica escolar e sua representação frente ao processo de inclusão, o conceito de deficiência visual, a escola e a inclusão, os recursos pedagógicos de acordo com as necessidades do aluno e o fazer pedagógico com orientações direcionadas ao processo de aprendizagem, sendo que o presente documento faz parte do Projeto de Pesquisa de Mestrado desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas. Foi utilizado como metodologia de pesquisa a Bibliográfica.

Palavras Chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Deficiência Visual.

Introdução

A inclusão é debatida por vários segmentos da sociedade e inúmeras ações foram e são adotadas para que essas instâncias possam receber e oferecer um atendimento de qualidade. Um desses segmentos é a escola, que apesar de saber seu papel, ainda coloca barreiras desnecessárias e discriminatórias, esquecendo que a Educação Inclusiva (EI) é um movimento social que envolve ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeadas em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação como afirma a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) de 2008.

Com o conceito acima mencionado nosso olhar se direciona ao atendimento específico à pessoa com deficiência, especificamente, a Deficiência Visual (DV), pois precisamos entender que os educandos com cegueira e/ou baixa visão precisam de recursos específicos para que possam ter acesso às dinâmicas desenvolvidas em sala de aula.

Nesta perspectiva, precisamos entender o que é inclusão, no que tange a PNEE-PEI de 2008 e o papel da escola, pois assumimos que a inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que uma pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania [...]. É um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com deficiência. Ressalta-se também que, para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, tem que oportunizar que aprendam a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (Fávero, 2007).

O aluno com subsídio, tanto no que tange aos recursos pedagógicos inerentes ao seu suporte como em ter na sala professores que saibam o que devem fazer, é tornar a Inclusão Escolar de fato e direito como objetiva a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (PNEE-PEI) e os demais documentos que subsidiam o direito a uma educação de todos para todos, sendo necessário oferecer orientações técnicas e metodologias específicas para que a escola consiga atender da melhor forma as especificidades dos alunos com deficiência visual. Assim, nosso objetivo é um estudo, com base nas referências bibliográficas, sobre deficiência visual, suas características, o papel da escola no processo de inclusão e os recursos pedagógicos necessários para o atendimento dessa demanda que é público alvo da educação especial.

Metodologia

A metodologia nos indica o caminho que devemos seguir, sendo uma estrutura de métodos pelos quais nos embasa para a investigação científica, esclarecendo qual o conceito e outros pontos do nosso objeto de ser investigado.

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Dizia Lênin (1965) que "o método é a alma da teoria" (p. 148), distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência (Minayo, p. 16, 2001).

Com foco no objetivo do presente artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abordando o tema, como o intuito de ter maior ênfase na discussão propiciada pela temática em meio à realidade que se tem vivenciado. A pesquisa bibliográfica é "aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno" (Gonçalves, 2001, p.65). Por meio da pesquisa exploratória, é notório que está se concebe como de grande

relevância para as metas que se deseja alcançar, de modo que possibilita ao pesquisador um leque de informações a respeito do tema em estudo, pela qual se pode consultar diferentes obras e autores. A pesquisa bibliográfica faz um levantamento de boa parte do conhecimento disponibilizado sobre o tema, de modo a possibilitar ao pesquisador outras teorias, outras visões, podendo, assim, analisar e avaliar as contribuições dos mesmos em relação à explicação do seu objeto de estudo (Gonçalves, 2001). É por meio de pesquisa que podemos dar continuidade a um trabalho mais significativo e de qualidade, sem romper com os objetivos que são elaborados no início do processo, de modo que permite outro olhar mediante um determinado objeto.

Resultados e Discussão

Conceito de Deficiência Visual: cegueira e baixa visão

A deficiência visual está dividida em dois grupos de condições distintas: cegueira e baixa visão. Sendo que a cegueira é uma alteração total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente.

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente (Sá, p. 15, 2007).

Já a baixa visão é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como, baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo.

A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral (Sá, p. 16, 2007).

Do ponto de vista Educacional, podemos dizer que pessoas cegas apresentam ausência total de visão até a perda da projeção de luz. Seu processo de aprendizagem se dá através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar) e utilizam o Sistema Braille no processo de aquisição de leitura e de escrita e a **baixa visão**.

A criança que enxerga estabelece uma comunicação visual com o mundo exterior desde os primeiros meses de vida porque é estimulada a olhar para tudo o que está à sua volta, sendo possível acompanhar o movimento das pessoas e dos objetos sem

sair do lugar. A visão reina soberana na hierarquia dos sentidos e ocupa uma posição proeminente no que se refere à percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens que estruturam a composição de uma paisagem ou de um ambiente. É o elo de ligação que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado (Sá, p. 15, 2007).

Inúmeras patologias causam a deficiência visual e cada uma delas irá se manifestar de maneira diferente e isso muda o modo de atuação no atendimento técnico e pedagógico ao aluno, observando como esta patologia interfere nos procedimentos, metodologias desenvolvidas e ações realizadas para melhor atender as características específicas da deficiência. A Escola precisa conhecer as especificidades do aluno, devendo assegurar um atendimento de qualidade e buscando oferecer métodos adequados, serviços e ferramentas direcionadas as reais necessidades apresentadas pelo educando, criando assim um ambiente acolhedor e dinâmico que favoreça o processo de inclusão.

Escola e Inclusão

A Declaração de Salamanca traz consigo a proposta da inclusão escolar, onde quanto mais cedo à criança iniciar na escola melhor para ela e para os demais, pois irá proporcionar interações sociais e a convivência com o diferente, promover a quebra de preconceitos e paradigmas. Acreditando e Proclamando que, toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.

A PNEE – PEI de 2008, ressalta em sua revisão do contexto histórico, que para o alcance das metas de educação para todos, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO em 1994, propõe aprofundar a discussão, problematizando as causas da exclusão escolar. A partir desta reflexão acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, a Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que: o princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (Brasil, 1997, p. 17 e 18).

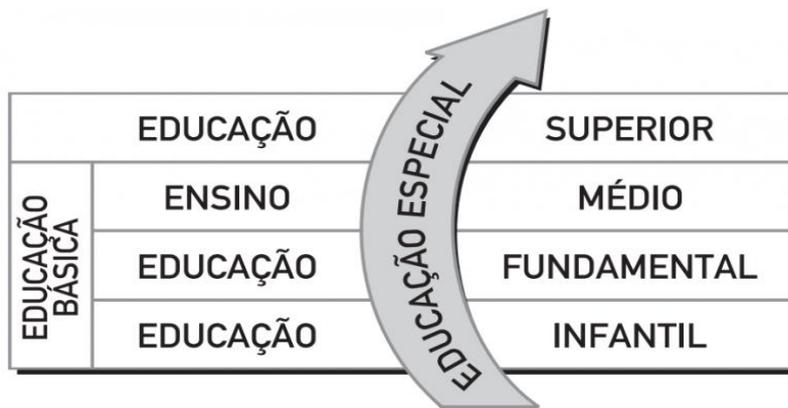
Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica. A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia-a-dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais, têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno. Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades (Aranha, p.7, 2004).

A inclusão está normatizada em Leis, Decretos, Notas Técnicas e outros documentos, mas nenhum deles poderá garantir que a escola se torne um espaço inclusivo, se a mesma não desejar. Podemos observar que das barreiras apresentadas, a pior é a barreira atitudinal, que exclui, que segrega e gera muros invisíveis.

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens: meninas e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiências.

A falta de um apoio pedagógico a essas necessidades especiais pode fazer com que essas crianças e adolescentes não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência (Dutra, p.4, 2004).

Sob o prisma do direito de todos a educação, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O quadro a seguir ilustra como os serviços de educação especial devem ser entendidos e ofertados, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de educação e ensino. (Parecer CNE/CEB Nº 2/2001).



Fonte: <https://www.google.com.br>

Recursos e o fazer pedagógico para pessoa com deficiência visual

A pessoa com cegueira ou baixa visão, necessita de recursos, materiais e atendimento específicos, pois a partir do momento que a escola oferece os suportes necessários, a acessibilidade, o processo do aprender e da aquisição do conhecimento é possível, sendo que sem os materiais e as adaptações o educando fica limitado a um canto e excluído das questões trabalhadas em sala de aula.

As crianças cegas operam com dois tipos de conceitos:

1) Aqueles que têm significado real para elas a partir de suas experiências.

2) Aqueles que fazem referência a situações visuais, que embora sejam importantes meios de comunicação, podem não ser adequadamente compreendidos ou decodificados e ficam desprovidos de sentido. Nesse caso, essas crianças podem utilizar palavras ou expressões descontextualizadas, sem nexos ou significado real, por não se basearem em experiências diretas e concretas. Esse fenômeno é denominado verbalismo e sua preponderância pode ter efeitos negativos em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento.

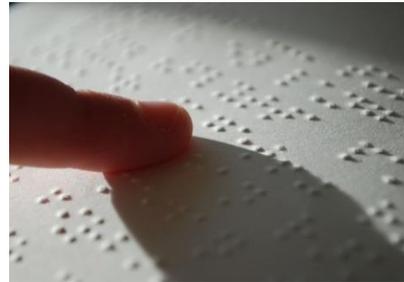
Algumas crianças cegas congênitas podem manifestar maneirismos, ecolalia e comportamentos estereotipados. Isso porque a falta da visão compromete a imitação e deixa um vazio a ser preenchido com outras modalidades de percepção. A falta de conhecimento, de estímulos, de condições e de recursos adequados pode reforçar o comportamento passivo, inibir o interesse e a motivação. A escassez de informação restringe o conhecimento em relação ao ambiente.

Por isso, é necessário incentivar o comportamento exploratório, a observação e a experimentação para que estes alunos possam ter uma percepção global necessária ao processo de análise e síntese (Sá, 2007, p. 21).

As Crianças cegas aprendem **da mesma forma que outras crianças**, mas, para elas, o **TATO** é um elemento muito mais importante nesse processo. Elas precisam ser estimuladas na escola para que **desenvolvam seus outros sentidos, como tato e audição**, e, assim, possa interagir com o ambiente. Essa estimulação tátil é fundamental para a aprendizagem do Sistema Braille – **código criado pelo francês Louis Braille, no século XIX** –, que é um **processo de escrita e leitura baseado em 64 símbolos em relevo, que resultam da combinação de pontinhos**. Pode-se fazer a representação tanto de letras, como algarismos e sinais de pontuação. Ele é **utilizado por pessoas**

cegas ou com baixa visão, e a leitura é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo (<http://minasfazciencia.com.br/infantil/2017/10/09/como-as-criancas-cegas-aprendem/>).

A	B	C	D	E	F	G
H	I	J	K	L	M	N
O	P	Q	R	S	T	U
V	W	X	Y	Z	É	ALFABETO LEITURA



Fonte: <https://www.google.com.br>

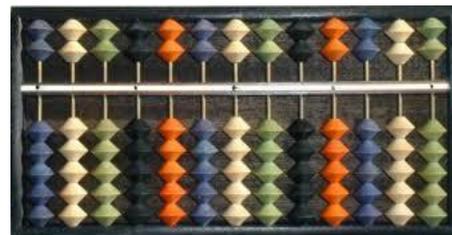
Alguns materiais são de suma importância para que a pessoa com deficiência tenha acesso à leitura e a escrita e aos processos educacionais, tais como: reglete, punção, papel para escrita braile, sorobã para cálculo matemático, máquina Perkins, impressora braile, livro adaptados, Mecdayse, leitores de telas, mapas táteis, avaliação adaptada e outros. Abaixo alguns materiais utilizados:



Reglete



Punção



Sorobã

Fonte: <https://www.google.com.br>

Orientações para serem desenvolvidas com aluno Cego em sala de aula:

- ☞ Usar leitores de tela, sintetizadores de voz, DOSVOX, Virtual Vision, etc.
- ☞ Posicionar os alunos sempre à frente;
- ☞ Ao entrar na sala sempre identificar-se, ao sair despedir-se para que o aluno perceba o ambiente;
- ☞ Adotar o uso papel carbono por aluno vidente a fim gerar cópia em tinta de tudo que é ditado ou escrito no quadro;

- ∞ Manter relacionamento constante entre o professor da sala de aula com o professor da sala de recursos, antecipando os materiais e conteúdos a serem adaptados, tais como: mapas, gráficos, figuras, e qualquer outro que o aluno não consiga abstrair;
- ∞ Manter sempre a mesma organização espacial e relatar ao aluno caso haja modificações, para que o mesmo faça o mapa mental;
- ∞ Usar recursos de acessibilidade: livro e textos em Braille, audiolivros, MECDAISY; que permitem ao aluno acesso ao currículo escolar.

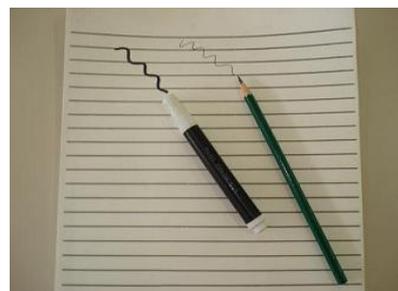
A pessoa com baixa visão possui um comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção. As pessoas com baixa visão possuem resíduos visuais em grau que lhes permitem ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos ópticos especiais.

A baixa visão é uma deficiência que requer a utilização de estratégias e de recursos específicos, sendo muito importante compreender as implicações pedagógicas dessa condição visual e usar os recursos de acessibilidade adequados no sentido de favorecer uma melhor qualidade de ensino na escola. Quanto mais cedo for diagnosticada, melhores serão as oportunidades de desenvolvimento e de providências médicas, educacionais e sociais de suporte para a realização de atividades cotidianas. A baixa visão pode ser causada por enfermidades, traumatismos ou disfunções do sistema visual que acarretam diminuição da acuidade visual, dificuldade para enxergar de perto e/ou de longe, campo visual reduzido, alterações na identificação de contraste, na percepção de cores, entre outras alterações visuais. Trata-se de um comprometimento do funcionamento visual, em ambos os olhos, que não pode ser sanado, por exemplo, com o uso de óculos convencionais, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas (Domingues, p. 8, 2010).

Alguns materiais são de suma importância para que a pessoa com deficiência visual, baixa visão, tenha acesso à leitura e a escrita e aos processos educacionais, tais como: apoio para leitura, caderno de pauta ampliada, lápis 6B/5B/4B, pincel de ponta porosa, livros com escrita ampliada, lupas, telulupas e outros. Abaixo alguns materiais utilizados:



Plano Inclinado para Leitura



Papel de Pauta Ampliada e Lápis 6B e Pincel

Fonte: <https://www.google.com.br>



Conjunto de Lupas de Leitura



Telelupas

Fonte: <https://www.google.com.br>

Orientações para serem desenvolvidas com aluno com baixa visão em sala de aula:

- ∞ Para o aluno que tem glaucoma o professor deve posicionar o mesmo em local onde a luz não incida, deve permitir que o aluno use boné em sala de aula, pois a viseira protege da luz;
- ∞ Pessoas que tem glaucoma tem fotofobia, a luz se torne um tormento e causa desconforto e até mal-estar;
- ∞ Fonte: Arial, Verdana ou Tahoma;
- ∞ Não utilizar letras rebuscadas, cheias de detalhes;
- ∞ Tamanho de letra: 24, em negrito;
- ∞ Cor do papel e da tinta: o papel branco, marfim ou gelo sem brilho e tinta preta proporcionam maior contraste;
- ∞ Ilustrações: figuras simples, com poucos detalhes; contornos espessos e bem definidos, contrastantes com o fundo, cores vivas;
- ∞ As ilustrações bem empregadas enriquecem o texto e facilitam sua compreensão;
- ∞ Utilização do lápis 4B, 5B e 6B e
- ∞ Caderno de pauta ampliada.

Conclusões

O papel da escola é fundamental no processo de inclusão escolar, devendo contribuir no enfrentamento das barreiras e obstáculos impostos pela e para a deficiência. A escola é uma das grandes aliadas na luta pela inclusão. Ao se tornar um espaço de inclusão, a escola oportuniza trocas enriquecedoras para toda a equipe escolar, incluindo os alunos e suas famílias.

Outro agente de transformação e de apoio é o professor, numa escola que se pauta nos princípios de uma Educação Inclusiva, ele é o facilitador no processo de busca de conhecimento que parte do aluno. Ele é quem organiza situações de aprendizagem adequadas às diferentes condições e competências, oferecendo oportunidade de desenvolvimento pleno para todos os alunos.

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica. Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive (Aranha, p.7, 2004).

É necessário que todas as barreiras sejam ultrapassadas, porém, a mais importante a ser vencida é a barreira atitudinal, pois nenhuma mudança, nenhuma acessibilidade poderá ser eficaz se não derrubarmos a primeira. Uma escola inclusiva deve ter como princípio norteador o aprender a conviver, aceitando as diferenças, aceitando que nosso papel primordial é ofertar uma educação de todos para todos, verdadeira e aberta para conviver sem discriminação e preconceito, oferecendo serviços e recursos específicos para os alunos.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas (Ropoli, p. 9, 2010).

O termo de **todos para todos**, perpassa pela construção de espaços inclusivos e com pessoas preparadas para trabalhar com a diversidade. Uma escola inclusiva rompe a barreira da mesmice pedagógica e quebra o medo do diferente em suas especificidades.

A escola das diferenças é a escola na perspectiva inclusiva, e sua pedagogia tem como mote questionar, colocar em dúvida, contrapor-se, discutir e reconstruir as práticas que, até então, têm mantido a exclusão por instituírem uma organização dos processos de ensino e de aprendizagem incontestáveis, impostos e firmados sobre a possibilidade de exclusão dos diferentes, à medida que estes são direcionados para ambientes educacionais à parte.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando

novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão (Ropoli, p. 9, 2010).

Sobre o tema em destaque, ressaltam Cidade e Freitas (apud SASSAKI, 1997), dizem que a inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50 do século 20.

A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que uma pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania [...]. É um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. As autoras acima citadas ressaltam também que, para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, tem que oportunizar que aprendam a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação.

A busca pela informação é primordial. O ser humano tem medo do novo por desconhecê-lo e muitos repelem pelo próprio comodismo, percebemos que muitas vezes a sociedade não é inclusiva, adota o preconceito como mecanismo de exclusão e discriminação, criando situações de classificação a partir das diferenças do indivíduo.

Voltando para as nossas escolas, isto não é diferente, o professor escolhe ser professor, já os pais das crianças com deficiência não escolhem se terão filhos com ou sem deficiência. Portanto, escola, professores e sociedade em geral, precisam ter bem claro qual nosso papel na transformação dessa dinâmica excludente em inclusiva.

Acreditamos que a inclusão deve ser um processo natural, com oferta de serviços e recursos para todos, com formação continuada, recursos e atendimentos específicos para todos, quebra da barreira atitudinal, escolas acessíveis e acima de tudo, um povo consciente de seu papel de transformação social.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva/Edilene Aparecida Ropoli... [et.al.]. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Brasília, 2010.

_____. Domingues, Celma dos Anjos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual : baixa visão e cegueira / Celma dos Anjos Domingues ... [et.al.]. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Brasília, 2010.

_____. **Atendimento Educacional Especializado:** Deficiência Visual – Coordenação geral SEESP/DEP/MEC. SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Brasília, MEC 2007.

_____. **Saberes e práticas da inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 208 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Brasília, 2006.

_____. **Educação inclusiva:** v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Educação Especial. Brasília, 2004.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência. Uberlândia, 1997.

Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

<http://minasfazciencia.com.br/infantil/2017/10/09/como-as-criancas-cegas-aprendem/>